



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2023 a 30/11/2023

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/26

223.2023 Sessão Ordinária - CD 01/11/2023-10:52

Publ.: DCD - 11/2/2023 - Merlong Solano-PT -PI

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou conquistas econômicas recentes no Brasil, incluindo a redução do desemprego para 7,7% e o crescimento previsto do PIB acima de 3% este ano. Mencionou a inflação controlada e o retorno da credibilidade internacional, exemplificando com o Fundo Amazônia. Enfatizou a abordagem abrangente do Governo, revitalizando programas como Minha Casa, Minha Vida, e ressaltou a importância de concluir reformas, como a tributária, para impulsionar o desenvolvimento social.

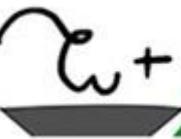
O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Charles Fernandes, colegas Deputadas e Deputados, o IBGE constatou que, em setembro passado, no trimestre, chegamos ao menor desemprego no Brasil desde 2015, com uma taxa de 7,7%.

Houve um aumento significativo dos empregos formais, dos empregos com carteira assinada. Recentemente, tínhamos uma taxa de desemprego de 14%.

Os economistas do mercado, que começaram o ano avaliando que o nosso crescimento seria pífio, inferior a 1%, já estão tendo que morder a língua e reconhecer que chegaremos, provavelmente, a mais de 3% de crescimento do nosso Produto Interno Bruto neste ano. Além disso, a inflação está controlada. As estimativas dão conta de que chegaremos ao fim do ano com aproximadamente 4,5% de inflação no Brasil.

Esses resultados econômicos são muito significativos e advêm de um Governo que procura olhar para toda a realidade do Brasil. O País começa a resgatar a sua credibilidade no mundo. Cito como exemplos a volta do Fundo Amazônia e a retomada do interesse das empresas estrangeiras em investir no Brasil.

Aqui dentro, o Governo procura olhar para todos os aspectos da realidade do



nosso País, planejando e estabelecendo metas e prioridades.

É um Governo que tem a coragem de incluir o povo no Orçamento, mas sem deixar de cuidar da economia, sem deixar de cuidar dos negócios também. Por exemplo: estamos executando, neste momento, o maior Plano Safra da história, tanto para o agronegócio quanto para a agricultura familiar, colocando o dinheiro ao alcance de quem precisa para produzir mais — para o agronegócio, abrindo novos mercados; para a agricultura familiar, estabelecendo linhas de crédito que são acessíveis a quem precisa produzir alimento de qualidade.

Ao mesmo tempo, está retomando e fortalecendo programas que estavam abandonados ou enfraquecidos, como o Bolsa Família, como o Minha Casa, Minha Vida, como o Mais Médicos, como o Farmácia Popular, restabelecendo a política de valorização do salário mínimo acima da inflação, reajustando a tabela do Imposto de Renda.

O Programa Mais Médicos, por exemplo, ao colocar um médico ao alcance das famílias mais pobres, evita que certas doenças mais simples se agravem e, portanto, melhora a qualidade de vida e também economiza o dinheiro dessas famílias, que, com o agravamento da doença, teriam que recorrer à compra de remédios.

Esse conjunto de políticas faz com que o nosso País cresça, incluindo o conjunto da sociedade. Esse é o caminho para o Brasil, Sr. Presidente, que nós precisamos fortalecer concluindo votações importantes que restam a ser feitas pelo Congresso Nacional, como é o caso da reforma do sistema tributário, como é o caso da tributação sobre lucros e dividendos, e de outras que precisamos concluir para dar ao Brasil o caminho do desenvolvimento com inclusão social.

Presidente, peço que este pronunciamento seja publicado nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 2/26

228.2023

Publ.: DCD - 11/8/2023 -

Sessão Ordinária - CD

07/11/2023-22:12

Reginaldo Lopes-PT -MG

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado comemorou a aprovação da Reforma Tributária na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e elogiou os envolvidos no processo. Destacou que a reforma visa simplificar o sistema tributário e tornar a



economia brasileira mais competitiva. Expressou seu desejo de acompanhar a votação no Plenário do Senado da referida proposição, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, grande Presidente Pompeo de Mattos.

Eu não poderia deixar de registrar um fato histórico do dia de hoje: a nossa tão esperada reforma tributária, que eu tive a oportunidade de coordenar aqui na Câmara dos Deputados, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Quero parabenizar pelo trabalho o Presidente da CCJ, Senador Davi Alcolumbre; o Presidente do Senado, o nosso Senador mineiro Rodrigo Pacheco; e o Relator, Senador Eduardo Braga.

Eu quero reafirmar a importância dessa reforma tributária. É uma ação extremamente ousada do Parlamento brasileiro, junto com o Presidente Lula, para oferecer ao Brasil um sistema tributário que é praticado em mais de 90% das nações reconhecidas pela ONU. Mais de 170 países implementam o modelo tributário no consumo não cumulativo, ou seja, cobram imposto só do valor adicionado, do valor agregado.

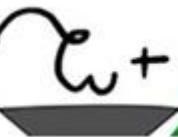
Eu tenho muita convicção de que é a melhor e mais ousada reforma do Estado brasileiro após a redemocratização. Vai permitir, com certeza, que todos os setores econômicos ganhem eficiência econômica, dinamismo, e que a economia brasileira ganhe competitividade no mercado interno, para enfrentar as importações de produtos com valor agregado. De fato, um produto com valor agregado, no modelo cumulativo, gera muito custo: de 8% a 20%. Isso elimina qualquer possibilidade de disputa nesse mercado.

Essa reforma também vai permitir que o Brasil volte a ser um país exportador com valor agregado. O Brasil pode chegar a 1 trilhão em exportações. O Brasil pode exportar ainda mais agregando valor, porque isso não vai gerar custo tributário e não vai encarecer os nossos produtos no mercado internacional.

O Brasil está saindo da condição de país primário e exportador para se tornar uma república exportadora de valor agregado, de proteína animal, de proteína vegetal, de produção cafeeira, de política minerária, de minério, de riquezas do nosso subsolo. Tudo isso vai fazer o Brasil produzir riqueza para distribuir mais recursos e aumentar a renda *per capita* do povo brasileiro.

Parabéns, Senado! Vamos acompanhar, amanhã, a votação no Plenário.

Obrigado, Presidente.



Documento 3/26

230.2023	Sessão Ordinária - CD	08/11/2023-21:44
Publ.: DCD - 11/9/2023 -	Rogério Correia-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

orientou a bancada na votação da redação final do Projeto de Lei nº 2.721, de 2023, que dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da Administração Direta e Indireta. Anunciou a aprovação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reforma tributária, no Senado Federal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação do PT, PCdoB e PV vota "sim" e aproveita o tempo para dar uma boa notícia ao povo brasileiro e também aos nossos Deputados e Deputadas: foi aprovada em segundo turno a PEC 45, que trata da reforma tributária, no Senado Federal. Foi aprovada a simplificação de impostos, para que tenhamos uma carga tributária menor.

Parabéns ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados!

Documento 4/26

230.2023	Sessão Ordinária - CD	08/11/2023-21:04
Publ.: DCD - 11/9/2023 -	Rogério Correia-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o voto favorável no Projeto de Lei nº 2.721, de 2023, que dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta, e a importância dos Correios como empresa pública. Elogiou o atual Governo do Presidente Lula, mencionando medidas econômicas e sociais adotadas, com geração de empregos e melhoria da economia, como o retorno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a renegociação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes (Desenrola Brasil); e a aprovação no Senado da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional, a chamada Reforma Tributária. Aproveitou para criticar a gestão e a política



econômica do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Inicialmente, eu quero reforçar a orientação do Governo pelo voto "sim". Isso é muito importante para esta empresa, os Correios.

Eu até entendo o ódio dos bolsonaristas aos Correios agora, porque eles simplesmente quiseram privatizá-los. Se tivessem privatizado os Correios, certamente a nossa situação nesse quesito estaria mais ou menos como a de São Paulo no caso da energia elétrica. São Paulo ficou sem luz. São Paulo ficou às escuras por causa de uma privatização malfeita, uma privatização equivocada: a empresa não consegue fornecer o serviço básico de iluminação para o povo de São Paulo. Foi aquele caos. Imagina se nós tivéssemos permitido que os Correios fossem privatizados. Nós não teríamos os serviços de comunicação que temos hoje.

Sendo eleito o Presidente Lula, nós garantimos a existência dos Correios. E aqui vemos a Oposição bolsonarista querendo exatamente continuar a enfraquecer os Correios.

Este projeto de lei, Deputado Leonardo Monteiro e Deputada Maria do Rosário, exatamente fortalece os Correios porque permite que se façam contratos preferencialmente — não obrigatoriamente; os bolsonaristas estão mentindo de novo — com a empresa pública.

Por que não querem que os Correios vão para frente? Para vender a empresa a preço barato para os seus amigos empresários, como foi feito em São Paulo, deixando a cidade no escuro?

Por isso, o Governo orienta o voto "sim", para fortalecimento, claro, da nossa querida empresa Correios aqui no nosso País.

Pessoal, eu pedi a palavra aqui hoje — e agradeço ao nosso Líder em exercício, o Deputado Alencar Santana, que me permitiu falar pelo Governo — para trazer notícias boas. Falaram agora dos Prefeitos, e eu quero me dirigir aos Prefeitos e Prefeitas de todo o Brasil: os Prefeitos e Prefeitas já podem inscrever os seus projetos, para garantir os programas do Governo Federal, no Novo PAC Seleções, o PAC que havia sido aniquilado no Governo Bolsonaro.

O PAC voltou, Prefeitos, Prefeitas. Podem investir em obras — obras essenciais à saúde, à educação, à mobilidade, à qualidade de vida, ao acesso a direitos, com participação direta dos Municípios e Estados nos investimentos. Fica dada esta boa notícia.

O Ministro da Casa Civil Rui Costa e nós solicitamos ao povo do Brasil inteiro



que peça a seus Prefeitos que tenham atenção porque há muitas obras a serem feitas pelo PAC no Governo Lula.

O PAC voltou, o povo voltou, o Governo Lula voltou.

Eu queria também dar mais uma notícia boa ao povo brasileiro: o Presidente Lula já determinou a renegociação do FIES para até 1 milhão e 200 mil pessoas. Ela terá início nesta terça-feira. Os estudantes que, devido à crise econômica do Governo Bolsonaro, não conseguiram pagar o FIES têm agora descontos que podem chegar a 99% do valor da dívida. Estudantes brasileiros, juventude brasileira, o Governo Lula voltou, a educação também voltou.

O Desenrola, Deputados e Deputadas, povo brasileiro: serão 2 bilhões de reais para 590 mil brasileiros, que não terão mais dívida, que estavam endividados pela política econômica de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro. Agora, no Desenrola, serão 2 bilhões de reais para 590 mil brasileiros.

Trata-se de ações concretas de um Governo que está melhorando a economia.

Paulo Guedes foi um desastre na economia. Bolsonaro, no que diz respeito à economia, jogou o Brasil no buraco. Ele afirma que foi a pandemia. Mas não, foi o remédio que ele deu, uma verdadeira cloroquina para a economia, em vez de vacina. O Lula está vacinando a economia brasileira. Por isso ela está melhorando.

A reforma tributária, Deputada Maria do Rosário, foi aprovada no primeiro turno no Senado. Obrigado, Senadores. O povo brasileiro agradece aos Senadores pela aprovação da reforma tributária. Hoje, Jair Bolsonaro ficou ligando para os bolsonaristas para querer o mal do País. Mas a reforma tributária, que divide rendas, já foi aprovada no Senado, vai retornar aqui para a Câmara, e nós vamos ter uma reforma tributária. Essa é uma grande vitória do povo brasileiro e do Governo do Presidente Lula, que sabe fazer política, que sabe fazer economia, que está vacinando o Brasil.

Chega de cloroquina para a economia brasileira. Nós precisamos de uma vacina para fazer o Brasil crescer — é a reforma tributária, é o fim do teto de gastos. Acabou aquele teto de gastos em que não se podia fazer absolutamente nada pela educação e pela saúde.

Por isso nós retomamos o Minha Casa, Minha Vida. O novo Bolsa Família já está aí. As pessoas hoje podem comprar mais. Aliás, está mais barato o preço do alimento. A nossa inflação este ano vai ficar em 3,5%, abaixo da meta estabelecida, coisa que Paulo Guedes, com o arrocho, nunca conseguiu fazer. Os preços estão mais baixos e o povo está comendo melhor.

E, mais do que isso, a taxa de desemprego até setembro deste ano foi de 7,7%, a menor taxa de desemprego desde 2015. É Lula gerando emprego com carteira assinada. Há 1 milhão e 600 mil pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, com



carteira assinada este ano, portanto, até setembro. Só em setembro foram 211 mil trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada.

Com esses dados, eu não vou falar mais. Mas nós poderíamos falar da volta do Mais Médicos, da educação, do ensino médio que vai retornar, com currículos sérios pelo Brasil afora, e da retomada de obras públicas, especialmente da educação infantil.

É isso que está apavorando os bolsonaristas. Eles ficam aí querendo, até hoje, destruir os Correios. Os Correios são do povo brasileiro, não serão privatizados, e terão a oportunidade de crescimento maior. Esse é o Governo Lula. O Brasil voltou a sorrir! O povo está sorrindo! A política de ordem do Bolsonaro está restrita a ele e a alguns bolsonaristas ultrarradical, que hoje estão isolados no Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado. Cada vez perdem mais, e ganha o povo brasileiro.

Parabéns ao povo brasileiro!

Agradeço aos Senadores, que mais uma vez derrotaram o genocida e o golpista Jair Bolsonaro.

Obrigado.

Documento 5/26

230.2023

Sessão Ordinária - CD

08/11/2023-15:44

Publ.: DCD - 11/9/2023 - Márcio Correa-MDB -GO

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado saudou a presença de Alex Valadares, Presidente do Colégio Notarial de Goiás, na Câmara dos Deputados para tratar da reforma tributária, entre outros assuntos.

O SR. MÁRCIO CORREA (Bloco/MDB - GO. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

É com muita alegria que eu recebo hoje o Presidente do Colégio Notarial de Goiás, o Alex Valadares, que veio aqui trazer demandas, entendimentos sobre a reforma tributária, sugestões de projetos — vivemos num país muito burocrático —para facilitar a vida do cidadão, do empreendedor, o que muito enriquece nossa discussão nesta Casa.



Seja sempre bem-vindo, Alex!

Muito obrigado.

Documento 6/26

230.2023 Sessão Ordinária - CD 08/11/2023-18:04

Publ.: DCD - 11/9/2023 - Márcio Correa-MDB -GO

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado homenageou a Federação das Associações Comerciais, Industriais, Empresariais e Agropecuárias do Estado de Goiás (FACIEG) por sua defesa do micro e pequeno empreendedor e por seu envolvimento nos debates sobre a reforma tributária. Parabenizou o Deputado Marcel van Hattem pelo seu aniversário, elogiando-o por sua coerência e trabalho em prol dos setores produtivos do país.

O SR. MÁRCIO CORREA (Bloco/MDB - GO. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Quero aqui homenagear a FACIEG — Federação das Associações Comerciais, Industriais, Empresariais e Agropecuárias do Estado de Goiás, umas das entidades com maior capilaridade que defende o micro e o pequeno empreendedor, que trouxe para o debate os desafios da reforma tributária. Com muito dinamismo, por intermédio do Presidente e do meu amigo Márcio Luís, essa federação tem feito diferença na vida do setor produtivo do Estado de Goiás.

Fica aqui e o meu registro e aproveito para homenagear e parabenizar o Deputado Marcel van Hattem pelo seu aniversário.

V.Exa. é referência não só nesta Casa, como também em todo o País, pela sua coerência e seu trabalho em prol daqueles que produzem com muita dificuldade em nosso País. Meus parabéns e que Deus o abençoe!

Muito obrigado.

Documento 7/26

230.2023 Sessão Ordinária - CD 08/11/2023-18:12

Publ.: DCD - 11/9/2023 - Mauricio Marcon-PODE -RS



Sumário

O Deputado mencionou vários temas, como críticas ao ENEM, a volta de impostos como o DPVAT e a reforma tributária. No entanto, destacou seu impacto emocional ao assistir vídeos de terroristas do Hamas em ataque a Israel. Expressou repúdio à defesa desses atos pela Esquerda e pediu que as pessoas se posicionem contra o terrorismo, destacando a importância de apoiar a paz.

O SR. MAURICIO MARCON (Bloco/PODE - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Não tenho como não registrar publicamente os meus parabéns para alguém em que eu sempre me baseei e que hoje eu posso chamar de amigo. Parabéns pelos 38 anos, Deputado Marcel van Hattem, mesmo já aparentando ter 50 anos. V.Exa. é um amigo querido que eu levo para a vida.

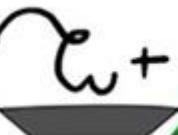
Sr. Presidente, assuntos hoje não faltariam. Eu queria falar sobre o ENEM, que basicamente quer colocar na cabeça dos nossos jovens que a agricultura é uma coisa ruim e que o capitalismo é uma coisa ruim; eu poderia falar sobre a volta dos impostos, do DPVAT, do imposto da Shein, e de tudo o que estamos vendo aí; eu também poderia falar sobre a votação da reforma tributária que teremos aqui, que fará o brasileiro pagar o maior imposto do mundo — teremos esse título —, o IVA deverá girar em torno de 30%, Deputado Coronel Chrisóstomo. Enquanto na Argentina, nosso vizinho, é 21%, e o maior do mundo, na Hungria, é 27%, nós pagaremos cerca de 30%. Eu poderia falar sobre os cortes na saúde e na educação promovidos pelo Governo Lula e sobre o silêncio do lado de lá, da Esquerda, um silêncio ensurdecedor.

Mas hoje, com a presença do nosso ex-Presidente Jair Bolsonaro aqui na Câmara, eu fui covarde. Confesso, Deputado Coronel Chrisóstomo, que eu fui covarde quando o representante de Israel começou a passar os vídeos gravados por terroristas do Hamas, assassinando pais de família, mães, crianças, à enxadada. Ao falar simplesmente aqui da tribuna sobre isso, não consigo transmitir o horror que uma pessoa, vendo aquelas imagens, sente.

Se você aí de casa pensa já ter visto durante a vida algo terrível, é porque não viu as imagens que foram passadas hoje.

Fui covarde, porque aguentei apenas 5 minutos. No quinto minuto, Deputado Coronel Chrisóstomo, eu me retirei e fiquei de canto, porque eu não era mais capaz de assistir àquilo. O que pude ver já vai me marcar a vida inteira.

Infelizmente, neste País e neste Congresso, existem pessoas que defendem esse tipo de terrorista, e elas estão do lado de lá, da Esquerda. Hoje, inclusive, Presidente, houve uma audiência promovida pelo PSOL, pelo PT, que tem essa



chamada aqui, colocando um X na bandeira de Israel.

(Exibe cartaz.)

Eles colocaram um X na bandeira de Israel, pregando aquilo que Hitler pregava nos anos 30: o antisemitismo e o extermínio de um povo pelo único motivo de não ter a mesma religião. Crianças, mulheres e pais de família foram mortos. São seres humanos antes de serem judeus, muçulmanos ou cristãos.

Então, eu quero dizer ao povo brasileiro — e eu espero, de coração, que nunca tenha acesso às imagens que eu vi hoje, porque elas nunca vão se apagar na minha cabeça — que se coloque do lado de quem perdeu entes queridos assassinados a sangue frio e que se lembre deste tipo de cartaz que a Esquerda faz. Se você, brasileiro, não quer ficar do lado do mal, não fique do lado da Esquerda.

Obrigado, Presidente.

Documento 8/26

231.2023

Sessão Ordinária - CD

09/11/2023-09:16

Publ.: DCD - 11/10/2023

Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a aprovação em primeiro turno da Reforma Tributária pelo Senado, destacando que o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) não é adequado para o Brasil. Argumentou que esse modelo suprimiria a economia e resultaria em alíquotas cada vez mais altas para aqueles que não se beneficiam das isenções fiscais. Expressou preocupação com o impacto negativo da reforma na economia, no desemprego, na inflação e na autonomia dos Estados e Municípios. Alertou que a reforma é uma ameaça ao sistema econômico e político do país. Defendeu, como alternativa, a Proposta de Emenda Constitucional nº 7, de 2020, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Sóstenes Cavalcante.

Ontem, o Senado aprovou em primeiro turno a reforma tributária, que já era um desastre quando chegou lá e saiu muito pior. Mas vamos entender um



pouquinho o que aconteceu.

Eles agora estão entendendo o modelo. Esse modelo IVA não é um modelo adequado para o Brasil. Eu já avisei isso desde o início, há mais de 5 anos. Fizemos uma proposta contrária, com o modelo oposto, a Proposta de Emenda Constitucional nº 7, de 2020, que foi aprovada por unanimidade.

Ali no Senado, eu achava que eles poderiam ter dado um passo atrás e avaliado se esse modelo IVA era adequado. Mas não, resolveram seguir adiante com o modelo IVA.

Muito bem. Então, o que é o modelo IVA? Estão entre a cruz e a espada, ou talvez entre a frigideira e o fogo. Essa é que é a verdade! Se, de um lado, eles adotarem uma alíquota única para tudo, isso matará vários setores e vários subsetores da economia. Alíquota única suprime a economia do Brasil.

Então, está bem, vamos trabalhar as isenções. Fizeram isenções aos montes. Mas, quando se fazem várias isenções — e algumas delas podemos até questionar como sendo abusivas —, essas isenções acabam tirando o poder arrecadatório do modelo completo. Assim, não fecha a conta do Governo. Então, aqueles que não estão num critério de isenção vão ter que pagar uma alíquota cada vez maior. Quanto mais isenção você der para manter os setores vivos, mais a alíquota vai subir. Esse é o modelo IVA!

E ninguém teve a compostura, a liderança para dar um passo atrás e dizer que esse é o modelo errado. Não podemos discutir o IVA num País federativo, continental, com diversidade econômica, com IDHs díspares em todas as nossas regiões, com diferentes serviços e aptidões econômicas em cada ponto do Brasil. Precisamos ter, de fato, várias isenções ou vários critérios tributários para que a economia sobreviva. Então, não podemos falar de imposto único, uniforme, homogêneo. Isso suprime a economia! De outro lado, se nós fazemos as isenções, o modelo não se sustenta. E quem for pagar a conta, pagará com o maior IVA do mundo. Isso é o que está vindo para a Câmara!

Já fizemos o trabalho errado ao aprovarmos 142 páginas sem ter lido o texto. Isso foi um descalabro, um tapa na cara de qualquer bom Parlamentar! Vários Parlamentares foram comprados, se venderam aos interesses do Governo. É assim que estão passando essas coisas tributárias. É no empurrão, é na compra de 250 Parlamentares. Isso não serve para absolutamente nada!

E agora está vindo a questão tributária. Eu espero que a população esteja observando quem são os Parlamentares que vão votar, porque isso vai implicar desemprego, inflação, uma completa inércia do setor econômico do Brasil. Ninguém vai querer empreender num modelo arcaico, conturbado, burocrático, que onera as empresas, tira o poder de consumo, cria desemprego e tira poder dos Estados e Municípios de serem autônomos — tem outro impacto político gigantesco.

É por isso que eu tenho dito — e digo nitidamente isso — que isso é uma bomba atômica no sistema econômico, é uma bomba atômica no sistema político. Toda a discussão política vai para essa nova autarquia central que vai cuidar de todos os impostos da federação. E é ali que vão fazer fila, é ali que vai estar discussão do que é o certo e o que errado para o País, não aqui no Parlamento. Isso também não foi discutido.

É inacreditável, meus senhores. Espero que o Parlamento tenha consciência, que haja pressão social sobre os Parlamentares daqui, porque essa é a última chance que temos.

Muito obrigado, senhores.

Documento 9/26

231.2023 Sessão Ordinária - CD 09/11/2023-09:52
Publ.: DCD - 11/10/2023 Bohn Gass-PT -RS
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da votação da reforma tributária no Senado, que já havia sido votada na Câmara. Ressaltou que a reforma simplificará os tributos, reduzirá impostos sobre a cesta básica e promoverá a progressividade, além de eliminar a cumulatividade e implementar o imposto no destino. Enfatizou a necessidade de aprofundar o debate para garantir mais distribuição de renda na economia.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Icaro de Valmir, que bomvê-lo na Mesa, na direção dos trabalhos.

Eu apenas queria fazer o registro da importância da votação ontem à noite no Senado do que nós já tínhamos votado aqui, a reforma tributária. Essa reforma tributária vai fazer uma simplificação dos tributos, vai prever redutores principalmente na cesta básica, no alimento para a população mais pobre do Brasil. Nós vamos iniciar um processo de progressividade, que precisa avançar em outros aspectos de renda, patrimônio, herança, o que é fundamental. Nós vamos ter também o fim da cumulatividade e o fato de o imposto ser no destino, e não haver mais uma guerra fiscal.

Acho que a votação do dia de ontem foi importantíssima. Nós vamos continuar o debate aqui, porque nós precisamos aprofundá-lo ainda mais, para que haja mais progressividade, para que a economia seja melhorada e para termos

realmente um crescimento com distribuição de renda.

Este registo eu preciso fazer pela importância da votação do dia de ontem.

Sr. Presidente, eu gostaria fosse divulgado este meu registro nos Anais da Casa e também no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 10/26

231.2023 Sessão Ordinária - CD 09/11/2023-10:16
Publ.: DCD - 11/10/2023 Chico Alencar-PSOL -RJ

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado informou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro não obteve sucesso ao fazer lobby contra a reforma tributária brasileira. Destacou que, apesar de ser uma medida tímida, a reforma representa um pequeno avanço na simplificação do sistema tributário. Abordou, ainda, a questão da eficiência do serviço secreto israelense, mencionando a declaração do Primeiro-Ministro Netanyahu sobre a prisão de suspeitos de planejarem atos terroristas no Brasil. Repudiou os ataques do Hamas, pedindo por um cessar-fogo, libertação de reféns e respeito aos direitos civis, especialmente das mulheres e crianças afetadas pelo conflito. Clamou por uma solução negociada, respeitando o direito dos palestinos a um Estado, e destacou a importância de o Brasil contribuir para a paz internacional.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Icaro, colegas de representação, servidores da Casa, aqueles que assistem a esta sessão nesta manhã de quinta-feira, tive a informação de que o ex-Presidente Bolsonaro, além de se encontrar aqui com o representante de Israel — espero que tenha apelado pela liberação prometida e jamais cumprida dos 34 brasileiros e parentes que lá estão em Gaza, na porta de entrada do Egito, e não conseguem sair há mais de 1 mês — também veio fazer *lobby* contra a reforma tributária.

Deu errado, mais uma vez. Consegiu 24 votos. E olhe que essa reforma tributária é tímida. Ela é mais sobre consumo, não toca na propriedade, na taxação de grande patrimônio, no mais fundo para se fazer justiça tributária no Brasil. Ainda assim, tem aspectos de avanço ao reduzir a cumulatividade, simplificar o sistema tributário e colocar em dois grandes impostos cinco ou



seis cobranças e taxas. Enfim, é um pequeníssimo passo neste País da injustiça fiscal e, sobretudo, social, mas se avança ainda assim.

A notícia de hoje: o desgastado Primeiro-Ministro extremista de Israel, Netanyahu, disse que a prisão de suspeitos de planejarem atos terroristas no Brasil — e essa prisão deve acontecer mesmo, sempre — foi possível graças às informações do serviço secreto de Israel. Há que se perguntar: que eficiência de inteligência é essa que, pelo menos alegadamente, ajuda a Polícia Federal e até a Justiça, porque foram prisões com ordem judicial do Brasil, e não consegue evitar aqueles ataques que devem, sim, ser condenados do Hamas, lá no território israelense?

E, continuando nessa temática sangrenta, triste, repudiável sempre, da guerra sem limites, em que até foi violado o direito internacional que foi construído, por exemplo, de, em nenhuma hipótese, bombardear hospitais, campos de refugiados, comboio de ambulâncias, e, obviamente, atacar a civis, estejam onde estiverem, nas suas residências, em festas, enfim, quero dizer que essa covardia, que parece ser a marca das guerras contemporâneas, precisa ter um fim.

Em Paris, está acontecendo uma reunião de muitos países, a maioria dos países do mundo, com suas representações, inclusive, países árabes, para encontrar caminhos de paz. O primeiro passo é um cessar-fogo, sim, a libertação de reféns, sim, nenhum ataque à população indefesa, o que é uma covardia inominável, em especial com mulheres e crianças, que acabam sendo retiradas de maneira torpe, torta, cruel, do direito de existir, por causa de um conflito de cujas raízes muitas vezes, as crianças, certamente, nem têm noção.

Então, faz muito bem o Brasil, e eu acredito que seja todo o povo, não apenas o Governo, em clamar por uma solução negociada pelo respeito, é um dado da realidade, a dois Estados, por mais que numa visão utópica nós possamos imaginar que ali deveria existir só uma nação com vários povos, respeitando as suas diferenças culturais e até políticas. No entanto, ainda assim, isso fica no campo do ideal, uma Palestina unificada.

No plano da realidade, o que temos é um Estado de Israel constituído desde 1948 e a luta do povo palestino pelo seu próprio Estado, que é um direito inalienável. Esse Estado vive invasão, ocupação, ataques, uma situação de guerra que não podemos aceitar. Enfim, mais uma vez, o Brasil tem que contribuir para a paz, fazendo justiça social aqui dentro.

Presidente, obrigado pela tolerância.

Nesses segundos que sua generosidade me concede, Deputado Icaro, eu queria clamar, numa política internacional, pela paz, pela soberania, pelo não intervencionismo, pelo não neocolonialismo. Isso significa também desenvolver aqui políticas públicas de superação da miséria, da fome, da desigualdade, para plena cidadania. Esse é um grande desafio que está



colocado para o Brasil e deve ser compromisso nosso.

A reforma tributária é um pequeníssimo passo, porque é apenas a primeira etapa dela, que nós devemos dar, tão logo a matéria chegue a esta Casa.

Obrigado.

Documento 11/26

022.1.57.N Publ.: DCN - 11/10/2023 - CONGRESSO NACIONAL	Sessão Extraordinária - CN BIA KICIS-PSL -DF ORDEM DO DIA	09/11/2023-11:43 COMO LÍDER DISCURSO
---------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------

Sumário

A Deputada criticou o aumento de impostos com a recente reforma tributária, alegando que o Governo atual visa gastar excessivamente, impactando negativamente os contribuintes e os Municípios. Manifestou contrariedade ao Projeto de lei do Congresso Nacional nº 40, de 2023, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, da Cultura, da Defesa, e de Portos e Aeroportos, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 15.223.151.367,00, para os fins que especifica.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Deputados, Deputadas, Senadores, subo aqui a esta tribuna também para, em consonância aqui com o que falou a minha colega que me antecedeu, chamar a atenção para a questão do aumento da carga dos impostos sobre os ombros do povo brasileiro.

Ontem foi aprovada a reforma tributária, mas nós sabemos que essa reforma não traz simplicidade, simplificação, não deixa de fazer com que o nosso sistema seja um verdadeiro manicômio obscuro, e não há limites porque nós sabemos que o Governo atual só quer gastar, gastar e gastar.

Nós temos aqui narrativas. A gente ouve falar que o Governo criou empregos. Eu quero dizer que quem cria empregos é a iniciativa privada; o que o Governo fez foi criar 685 mil novos cargos públicos, Deputado Pollon, e esses cargos públicos contam como se fosse geração de emprego. Isso não é verdade. O desemprego está aumentando no país.



O Governo Bolsonaro arrumou as contas. Apesar de pandemia, apesar de guerra, o Governo Bolsonaro, com o Ministro Paulo Guedes, colocou as contas em ordem. As estatais, que eram deficitárias, davam bilhões de prejuízo, passaram a dar bilhões em lucro. E agora, como é que estão as estatais brasileiras? Dando bilhões de prejuízo novamente. Infelizmente, esse Governo só pensa em gastar, não respeita o cidadão.

Preocupa-me muito que esta Casa aprovou, esta Casa aprovou no Carf o voto de minerva. Mudou totalmente e, agora; o próprio Governo que senta na cadeira vai decidir as dívidas dos contribuintes. Quando você recorre a um conselho administrativo, você tem que ter a mesma lógica, que é a lógica do Direito Penal: *in dubio pro reo*. Também o contribuinte tinha que ter esse favorecimento. Agora não. Agora o Governo vai decidir. Por que ele quer isso? Por que o Governo lutou tanto por essa alteração? Porque o Governo quer arrecadar. São bilhões a que o Governo terá acesso nessa sanha arrecadatória. E quem paga essa conta? É o trabalhador; quem paga essa conta é o pagador de impostos.

Então, essa situação é muito triste e nós estamos aqui para votar este PLN, que vai ajudar os municípios, vai haver uma antecipação para que os municípios possam pagar as suas contas. Outro dia, a que nós estávamos assistindo? Greve de Prefeitos, greve de Prefeitos do Nordeste porque não recebem o que lhes é devido. O Governo Bolsonaro acabou com a falta de dinheiro das prefeituras. As prefeituras nunca receberam tanto, colocaram em ordem as suas contas. Décimo terceiro, aposentadoria, que já não eram pagos em vários municípios, passaram a ser pagos, e houve até um superávit. Agora, Prefeitos estavam fazendo greve, e Prefeitos que votaram no Lula.

Então, o que a gente está vendo é um verdadeiro descalabro. Nós estamos votando favoravelmente a este PLN porque ele vai ajudar as contas dos municípios, e isso é justo. Mas quanto tempo isso irá durar? Quanto tempo? E ainda com essa reforma tributária, que centraliza na União todo o poder, tira - tira! - atribuição, tira competência dos municípios, tira competência dos Estados.

Infelizmente, o cenário não é um cenário otimista, não é um cenário favorável, mas nós vamos ficar aqui na oposição trabalhando para ajudar o país e, principalmente, para atrapalhar...

(Soa a campainha.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) - ... para retardar medidas que vão de encontro àquilo que é bom para a população brasileira. Por enquanto, o que a gente vê, Sr. Presidente, é que são os mais pobres os mais sacrificados.

Muito obrigada pelo tempo, Sr. Presidente.

Documento 12/26

022.1.57.N Sessão Extraordinária - CN 09/11/2023-11:43
Publ.: DCN - 11/10/2023 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP
CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

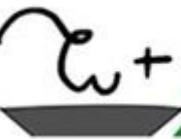
O Deputado discutiu o Projeto de lei do Congresso Nacional nº 40, de 2023, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, da Cultura, da Defesa, e de Portos e Aeroportos, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 15.223.151.367,00, para os fins que especifica. Destacou a aprovação da reforma tributária, enaltecendo sua capacidade de simplificar impostos, baratear produtos e impulsionar o desenvolvimento econômico. Criticou a oposição, defendeu medidas fiscais responsáveis e projetou investimentos para educação, saúde e obras públicas.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queria, em primeiro lugar, aqui, cumprimentar o Senador Rodrigo Pacheco e todos os Senadores pela aprovação ontem da importante emenda constitucional da reforma tributária, uma reforma que há anos se buscava aprovar em nosso país e que, finalmente, foi votada aqui na Câmara, no Senado, e agora vamos tentar ajustar para que haja acordo entre a Câmara e o Senado, para que a gente chegue a um texto definitivo.

Essa reforma tributária vai ter a capacidade não apenas de simplificar os impostos em nosso país, os impostos sobre o consumo, mas também de baratear os produtos brasileiros; vai ter a capacidade de fazer com que esses produtos possam chegar mais baratos à mesa do consumidor, às empresas, para que esse consumo seja aumentado, e a gente possa ter um processo de desenvolvimento mais acelerado.

A reforma tributária é uma reforma que vem sendo esperada há muito tempo. Há mais de 30 anos, 40 anos se discute esse tema no Congresso Nacional. E agora, graças à atuação firme do Presidente Lula, do Ministro Fernando Haddad, nós obtivemos esse sucesso.

E a construção de um texto que não apenas é do Executivo, mas principalmente é do Congresso Nacional, do Congresso que vem construindo esse texto há algum tempo, e esse texto finalmente teve esse resultado. Nós só lamentamos que a oposição tenha votado contrariamente, tenha votado contrariamente a um



texto que é bom para o Brasil, porque a oposição vem cotidianamente trabalhando para que o Governo não possa fazer aquilo que precisa ser feito no país.

Agora há pouco, ouvimos um Senador da oposição argumentar que o Governo faz gastança. Ora, o Governo tem tido a maior responsabilidade fiscal possível. Aprovou um arcabouço fiscal da melhor qualidade, que vai permitir o Brasil se desenvolver.

Aprovaram-se medidas, aqui, responsáveis de tributação, porque não se está aumentando nenhum imposto; está, justamente, se buscando cobrar imposto de quem não paga, de quem faz engenharia tributária e sai fora da arrecadação.

Com essa arrecadação que vai ser feita sobre os bilionários deste país, nós vamos conseguir ajustar um orçamento, um orçamento dentro do arcabouço, dentro das metas fiscais, um orçamento que vai permitir que, no ano que vem, o Governo possa fazer ainda mais pelo Brasil, investindo em saúde, investindo em educação, investindo na assistência social, num Plano de Aceleração do Crescimento de grandes iniciativas e grandes obras.

É isso que a gente precisa para o Brasil, e é lamentável que essa oposição venha falar de gastança, quando todos sabem que o ex-Presidente Bolsonaro gastou R\$300 bilhões na tentativa de se reeleger, e perdeu. Perdeu justamente porque o seu governo não atendeu aos anseios do povo brasileiro: não foi capaz de proteger o povo durante a pandemia; não foi capaz de promover a justiça social; não foi capaz de fazer com que o país se desenvolvesse. Por isso foi derrotado, apesar de tudo que gastou.

E nós, agora, estamos trabalhando para unir o Brasil e para reconstruir esta pátria. É isso que nós pretendemos.

E esse esforço que o Governo Lula vem fazendo, que as bancadas que apoiam o Governo na Câmara e no Senado vêm fazendo, é que vem obtendo sucesso.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) - Nós já temos notícias de várias agências de rating do mundo que estão aumentando as notas do Brasil, que estão fazendo previsões de PIB cada vez maiores para este ano, para o ano que vem, com inflação baixa, com redução de preços dos alimentos e com retomada de investimentos.

O Brasil é o segundo país do mundo que mais recebe investimentos. Por isso que nós vamos ser...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

Documento 13/26

238.2023

Sessão Ordinária - CD

21/11/2023-14:52

Publ.: DCD - 11/22/2023

Giovani Cherini-PL -RS

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

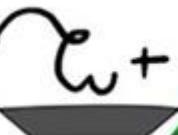
Sumário

O Deputado relatou a visita do ex-Presidente Bolsonaro e de Michelle Bolsonaro a Porto Alegre, destacando eventos, filiações e encontros com apoiadores. Também abordou temas como a morte de Cleriston Pereira da Cunha, perturbação de baleias, aumento de impostos no Rio Grande do Sul e a reforma tributária. Expressou descontentamento com o Presidente da Câmara, Arthur Lira, acusando-o de agir como chefe da Casa Civil do Governo Lula e pedindo que retorne a cuidar dos Deputados e presida a Câmara respeitando todos os Parlamentares.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, recebemos, na sexta e no sábado, em Porto Alegre, o casal mais amado do Brasil: o Presidente Bolsonaro e a Michelle Bolsonaro.

Houve uma recepção enorme no Aeroporto Salgado Filho, almoço no restaurante Braseiro, filiações do Município de Esteio, mais de 1.500 pessoas presentes. O evento no Parcão, mesmo sob chuva, lotou as ruas, milhares de patriotas. O jantar na Nono Ludovico lotou a pizzaria de patriotas. O café da manhã, de surpresa, na Armelin, lotou a padaria. Depois, o encontro com as mulheres. Mais de 2 mil mulheres participaram — no Rio Grande do Sul, temos na Presidência do PL Mulher a Adriane Cerini. No almoço no Di Paolo, foi aplaudido de pé. A transmissão do evento da Presidente Nacional do PL Mulher, Michelle Bolsonaro, teve a participação direta de 2 mil mulheres e uma audiência de 25 mil pessoas ao vivo pelo Youtube. Além disso, entrevistas na Rádio Gaúcha, na Rádio Bandeirantes e em outras emissoras.

Aproveito para agradecer aos Deputados que participaram ativamente de todos os momentos com o Presidente Bolsonaro e a Presidente Michelle: Deputado Zucco, o Tenente-Coronel Luciano Zucco; Marcelo Moraes; Deputado Ubiratan Sanderson; Deputado Bibo Nunes; Deputado Mauricio Marcon; e os Deputados Estaduais Rodrigo Lorenzoni, Líder da nossa bancada na



Assembleia; Paparico Bacchi; Claudio Tatsch; Adriana Lara e Kelly Moraes.

Tivemos a oportunidade de fazer aquela pergunta: por que o descondenado Lula não sai para a rua? O Presidente Bolsonaro carrega multidão por onde vai. Pois é...

Agora inventaram que o Milei tem que pedir desculpas para o Lula. Fique tranquilo, Lula, fique tranquilo aí na sua cadeira, porque o Milei não vai pedir desculpas. O Presidente Bolsonaro estará representando o Brasil e os brasileiros de bem na posse do Presidente Milei. O Brasil vai estar muito bem representado, não precisa desse Presidente que nega a importância da democracia.

Nós temos tantos assuntos.... A morte do Cleriston, a perturbação das baleias, aumento de impostos no Rio Grande do Sul, a tramitação aqui da reforma tributária. Cadê o Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, que eu ajudei a eleger e que virou o chefe da Casa Civil do Governo Lula? É esse o papel que o Presidente da Câmara está fazendo hoje, o de chefe da Casa Civil do Governo Lula. Volte, Arthur Lira, a cuidar dos Deputados! Você não é Presidente da República. Você foi eleito pelos Deputados. Você não foi eleito pelo povo brasileiro. Você deve obrigação aos Deputados desta Casa.

Nós não podemos votar só os projetos que o Lula quer aprovar. Outra coisa, está errado fazer as reuniões de Líderes na casa do Presidente da Câmara. As reuniões têm que ser aqui na Câmara Federal, não na casa do Presidente, naquele conluio de Parlamentares para votar o que o Governo quer.

Eu acho, sempre achei, que a Oposição tem muita importância nesta Casa, mas, infelizmente, o Lira está lá, do lado da Esquerda.

Faça uma mescla, pelo menos! Escute um pouco a Direita e faça o papel de Presidente da Casa, o Presidente que mais recebeu votos aqui.

Portanto, Lira, volte para a Casa e presida a Câmara, respeitando todos os Deputados! Eu nunca vi na história um Presidente que não responde a Deputado, que não atende a Deputado. Ora, isso aí é o fim do mundo, é como os filhos não falarem com seus pais. Você deve, sim, a todos os Deputados a obrigação de cuidar dos Deputados e da Câmara Federal.

Portanto, Lira, volte para Casa!

Documento 14/26

238.2023

Sessão Ordinária - CD

21/11/2023-15:32

Publ.: DCD - 11/22/2023

Sandro Alex-PSD -PR

-



Sumário

O Deputado manifestou preocupação com a votação do sistema tributário no Senado, destacando que o trabalho feito pela Câmara para simplificá-lo e modernizá-lo foi desfeito, gerando desequilíbrios e falta de estímulo para combustíveis mais limpos. O Parlamentar instou a Câmara a retomar a discussão sobre o sistema tributário.

O SR. SANDRO ALEX (Bloco/PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma alegria reencontrá-lo, assim como a todos os Parlamentares.

Eu quero fazer um registro, neste momento de discussão de votações importantes, sobre o Orçamento para 2024. Eu me somo à voz do Governador Ratinho Junior na crítica à votação do sistema tributário feita pelo Senado. A Câmara Federal precisa resgatar o avanço significativo que tivemos ao simplificarmos e modernizarmos o sistema tributário. O que nós construímos na Câmara foi destruído pelo Senado, e isso causou um desequilíbrio entre os Estados, gerou uma confusão entre os setores, a falta de estímulo aos combustíveis não poluentes. Imaginem, nós estamos dando estímulo ao *diesel* e à gasolina! Quando nós imaginávamos que daríamos um passo à frente, demos dois para trás.

Por isso, a Câmara tem o dever de resgatar a votação do sistema tributário.

Documento 15/26

238.2023

Sessão Ordinária - CD

21/11/2023-16:00

Publ.: DCD - 11/22/2023

Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado anunciou a reinstalação da Subcomissão Especial da Reforma Tributária para regulamentar o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), originário da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019. Destacou que regulamentação do imposto sobre o Valor Agregado será a mais importante reforma da história do Brasil, colocando-o entre os modelos econômicos mais liberais do mundo, beneficiando o setor produtivo e simplificando o consumo.



O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)

- Presidente Gilberto Nascimento, nós estamos reinstalando a Subcomissão Especial da Reforma Tributária, da Comissão de Finanças e Tributação. O Presidente Paulo Guedes, da Comissão de Finanças e Tributação, entendeu por bem recriar a subcomissão de tributação para iniciar os trabalhos de regulamentação do IVA, originário da PEC 45, que deve ser votada aqui em breve.

Nós já estamos começando os trabalhos para regulamentar a legislação do Imposto sobre o Valor Agregado, que vai ser a mais importante reforma da história do Brasil. É uma reforma capitalista, liberal, que vai colocar o Brasil entre os modelos econômicos mais liberais do mundo, tratando com isonomia todo o setor produtivo nacional e especialmente facilitando que o consumo brasileiro seja maior, desonerando totalmente da guerra fiscal, da inadimplência, do custo burocrático, os bens e serviços consumidos pela população.

Com certeza absoluta, com mais de 30 anos trabalhando nesta matéria, digo que essa reforma tributária é uma revolução da economia brasileira.

Muito obrigado pela sua atenção.

Documento 16/26

238.2023

Sessão Ordinária - CD

21/11/2023-16:28

Publ.: DCD - 11/22/2023

Paulo Foletto-PSB -ES

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação com a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, referente à reforma tributária, votado no Senado Federal, argumentando que os maiores Estados estão sendo beneficiados em dobro. Destacou a necessidade de análise cuidadosa do texto, ressaltando que a PEC retornou com pioras. Alertou sobre os riscos para Estados menores e defendeu a importância de proteger essas unidades federativas.

O SR. PAULO FOLETO (Bloco/PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. V.Exa. é sempre muito gentil, ainda mais quando está acompanhando da Deputada Adriana Ventura, que também é a gentileza em



pessoa.

A necessária reforma tributária foi encaminhada ao Senado. Muitas intervenções foram feitas. Foi realizada uma reunião com o Governador Casagrande e com o Benício, Secretário da Fazenda do Estado do Espírito Santo. Ficou claro que os maiores Estados, na divisão do fundo, estão sendo beneficiados duas vezes. Eles são beneficiados pelo fundo, pelo que já é pago hoje, que é baseado na população. Eles têm populações maiores, têm mais comércio. A proposta é de que 70% dos recursos sejam distribuídos com base nos critérios usados pelo fundo e 30% sejam baseados na população.

Então, os Estados populosos estão levando uma vantagem muito grande. É necessário darmos uma olhada com calma no texto que veio do Senado, porque está prejudicando muito em torno de oito a dez Estados. Nós precisamos nos posicionar e proteger os nossos Estados.

A reforma que foi para o Senado voltou pior. Não quero agredir o Senador Eduardo Braga, mas ele criou uma CID — uma CID — para o Estado do Amazonas, então, protegeu bem. Mateus protege os seus, mas, aí, protegeu demais.

E existe prejuízo para Estados menores, que estão organizados, e o preço pode ficar muito alto lá na frente.

Obrigado, Presidente.

Documento 17/26

241.2023	Sessão Ordinária - CD	22/11/2023-20:28
Publ.: DCD - 11/23/2023 -	Julia Zanatta-PL -SC	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou o Projeto de Lei nº 1.768, de 2023, que reabre prazo para repactuação de dívidas de crédito rural abrangidas pela Lei nº 11.322, de 13 de junho de 2006 (Lei Eunício Oliveira), e estende as condições nela previstas a dívidas contraídas por Microempreendedor Individual. Reclamou que, historicamente, a região Sul e especificamente o Estado de Santa Catarina são relegados pelo Parlamento. Argumentou que a região Sul e Santa Catarina precisam de apoio em decorrência das intempéries climáticas e inundações. Por fim, lembrou que a reforma tributária foi recentemente aprovada sob o argumento de acabar com a guerra fiscal, sendo assim, deveria haver maior isonomia na concessão de incentivos fiscais para os Estados e regiões.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu só queria registrar aqui que historicamente regiões são deixadas de lado, e uma delas é a minha, e o meu Estado de Santa Catarina. Muitas vezes eu penso que aqui neste Parlamento o Sul e o meu Estado de Santa Catarina são invisíveis, porque não precisam de nada, têm tudo. Mas não é bem assim. Como dito pelo Deputado Pollon aqui, o meu Estado está debaixo d'água, e nós precisamos disso, sim, igualmente.

Outra coisa, teve gente aqui que defendeu a reforma tributária, que eu fui contra, e um dos argumentos era acabar com a guerra fiscal, com as exceções. Agora estão aqui, criando mais, mais e mais exceções.

Por isso, não concordo. Ou é igual para todo mundo, ou não é para ninguém.

Obrigada.

Documento 18/26

242.2023 Sessão Ordinária - CD 23/11/2023-10:08
Publ.: DCD - 11/24/2023 Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da agenda nacional, enfatizando que a discussão ideológica não é produtiva. Argumentou que temas como estrutura econômica, sistema tributário, educação, saúde e previdência são mais relevantes e devem ser debatidos com profundidade. Destacou a votação iminente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, considerando-a o projeto mais importante para a economia brasileira nos séculos XX e XXI.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente Icaro de Valmir, Sras. e Srs. Parlamentares, todos que estão assistindo à *TV Câmara* neste momento, a minha palavra de hoje é sobre a agenda nacional, sobre o que é importante para o povo brasileiro, para o nosso País, na agenda do Congresso Nacional, na agenda do Executivo e do Legislativo, de todos os Estados e Municípios do Brasil.

Sou economista tributário, homem público, já fui Vereador, Prefeito, Secretário de Estado da Fazenda por duas vezes, estou no meu oitavo mandato e posso dizer à Casa que essa discussão ideológica não leva a lugar nenhum. Ela é como a discussão religiosa, só traz conflito, dor, ódio e aprofundamento da



divisão. Essa discussão ideológica em Plenário cria uma cizânia no coração, no seio do povo brasileiro.

Por quê? Porque isso é falta de objetividade. Discussão ideológica para um País em crescimento como o Brasil, que tem milhões de pessoas pobres, não leva a lugar nenhum. A agenda nacional tem que ser uma agenda propositiva, em cima de temas como a estrutura econômica brasileira, o sistema tributário, a estrutura da educação, da saúde, da previdência. Esses são os temas de que os Deputados e as Deputadas devem cuidar, devem debater com profundidade e não com birras, contraditas, contrafeitas e discussões. Tenho acompanhado com muita tristeza essas discussões aqui no plenário, nesses 5 meses em que eu voltei à Casa — fiquei aqui por 28 anos e fiquei fora 4 anos e 5 meses. É lamentável ver essa discussão.

Ontem e hoje de madrugada, foram feitas discussões infundadas, absurdas, tolas, em torno do nada, do vazio, o que não traz emprego, não gera riqueza, não melhora a qualidade de vida, não melhora a educação, não melhora a saúde, não melhora a segurança, não consegue trazer habitação, não traz nada.

Sendo eu decano aqui na Casa, com oito mandatos, creio que tenho um pouco de autoridade para dizer isto. Basta! Vamo-nos concentrar nos temas. Quer fazer Oposição, cria um gabinete de sombra, como é feito em todas as democracias do mundo. E é legítimo que cada Ministério, cada setor do Governo, tenha um gabinete de Oposição a contrapor com proposta, mas não com bobagem, não com *fake news*. E o mesmo vale para o Governo. Objetivar, pensar maior no Brasil.

Então deixo aqui, Sr. Presidente, minha palavra do dia, nesta quinta-feira, às vésperas de votar a reforma tributária, que é o mais importante projeto do século XX e do século XXI da economia brasileira. A reforma tributária vai construir o IVA, que é o projeto mais liberal e capitalista da história do Brasil.

Peço a todos que passemos a observar a vida do Parlamento com mais amor, mais dignidade e honradez.

Documento 19/26

242.2023

Sessão Ordinária - CD

23/11/2023-12:44

Publ.: DCD - 11/24/2023

Evar Vieira de Melo-PP -ES

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a semana desafiadora para o Governo Federal,



ressaltando as vitórias da Oposição. Ele apontou o déficit de 170 bilhões de reais comunicado pelo Governo, enfatizando a reprovação crescente da sociedade. Mencionou a situação do sistema prisional, citando um caso específico de um patriota que morreu devido à omissão da Justiça. Ele criticou a postura do Governo em relação à reforma trabalhista e à suspensão da sessão do Congresso, onde seria discutida a derrubada de vetos, incluindo o do marco temporal. Encerrou abordando a reforma tributária, apontando que ela resultará em aumento de impostos para os cidadãos e empresas.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Sem revisão do orador.)
- Presidente, Deus honra quem cedo levanta e tem muito trabalho.

Com certeza, a Oposição, com pragmatismo e muito trabalho, esta semana emplacou talvez a semana mais dura de derrota para este Governo liderado pelo barrabás, naturalmente aliado do seu mordomo, o Ministro da Economia. O Governo, de joelhos, nesta semana, comunicou que o rombo será de 170 bilhões de reais de déficit. E vejam que, no ano de 2022, o Governo Bolsonaro, pós-pandemia, teve um superávit de 50 bilhões. Mas o Governo do Haddad e do Lula já comeu 50 bilhões de superávit e está emplacando 177 bilhões de déficit para a nossa economia. Como resultado disso, o Governo chega, já em números absolutos, a quase 50% de reprovação pela sociedade. É o Lula colhendo o que plantou.

O Governo está de joelhos para o tráfico, está de joelhos para o crime. O Cleriston, por omissão da Justiça, por conivência do Governo Federal, de forma covarde morreu na Papuda, porque a enfermaria estava fechada em função de um feriado, mas o Marcola tem as suas regalias atendidas. O patriota, trabalhador e pai de família é morto pelo Governo, com conivência do Judiciário, mas o Marcola é protegido.

O mercado financeiro, é claro, já diz que o Haddad não é mais aquele rapaz lindo, bonito, que colhe os seus 60% de reprovação.

O Governo do Lula trabalha para reverter os avanços da reforma trabalhista, pela qual nós tanto trabalhamos, para dar liberdade econômica e empregar mais neste País. Houve uma decisão do Ministro do Trabalho para rever uma portaria sua, porque ele e o Lula queriam impedir o trabalho em feriados e domingos, o que só poderia acontecer com a conivência dos sindicatos, que são pelegas. Mas atuamos fortemente e apresentamos um projeto de decreto legislativo. Isso seria derrotado aqui no Plenário, e o Ministro Marinho recuou.

O Governo, mais uma vez, não tendo quórum suficiente, suspendeu a sessão do Congresso de hoje, porque nós iríamos derrubar diversos vetos irresponsáveis do Sr. Lula. Dentre eles, iríamos derrubar o veto do marco temporal, restabelecendo a segurança jurídica no Brasil, não só no campo, porque, mantendo-se o veto do Lula, todo e qualquer espaço no Brasil pode ser a



qualquer momento declarado terra indígena.

Estão os Governadores agora aumentando o ICMS nos seus Estados, inclusive o Sr. Governador do Estado do Espírito Santo, puxadinho do Sr. Lula, que está dizendo que, em função dessa fatídica reforma tributária, precisa aumentar os impostos, como na energia, no consumo, para que a vida do cidadão fique mais cara.

Essa reforma tributária significa que todo cidadão vai pagar mais, todo CNPJ vai pagar mais, porque o Governo quer gastar mais, o Governo Federal e os Governos dos Estados.

Portanto, esta foi uma semana para ficar registrada como uma derrota do Governo Lula.

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 20/26

242.2023 Sessão Ordinária - CD 23/11/2023-12:50

Publ.: DCD - 11/24/2023 - Rubens Pereira Júnior-PT -MA

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO

DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a aprovação da reforma tributária, destacando a urgência em eliminar distorções no sistema atual. Abordou a simplificação na cobrança de impostos sobre o consumo, a transparência na geração de créditos para empresas e a eliminação de dúvidas sobre tributação. Ressaltou a importância de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual para equidade fiscal e conclamou os colegas a analisarem a proposta com seriedade, considerando-a uma oportunidade histórica para promover mudanças positivas no Brasil.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Discurso feito pelo Senhor
Deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA)
Na Sessão de 23/11/2023

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos



Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Hoje me dirijo a esta casa com o propósito de defender veementemente a aprovação da tão necessária reforma tributária, que agora aguarda nossa análise e decisão. Como é de conhecimento de todos, o Senado já se pronunciou favoravelmente a essa medida, reconhecendo a urgência de eliminar distorções curiosas que persistem em nosso atual sistema de cobrança de impostos.

Uma das distorções que a reforma visa extinguir é o desnecessário "passeio" de mercadorias pelo país. Isso não apenas representa uma ineficiência logística, mas também acarreta custos desnecessários para as empresas e, por conseguinte, para o consumidor final. Ao simplificar a cobrança de impostos sobre o consumo, estamos promovendo uma maior agilidade nos processos comerciais e reduzindo os entraves que prejudicam a produtividade e competitividade de nossas empresas.

Outra questão crucial abordada por essa reforma é a eliminação das dúvidas sobre quais produtos geram créditos para as empresas. Esse é um ponto de grande relevância para garantir transparência e equidade no tratamento tributário. Ao proporcionar clareza e previsibilidade, estamos criando um ambiente mais favorável para os negócios, incentivando investimentos e estimulando o crescimento econômico.

Além disso, a reforma propõe o fim do pagamento de impostos já incluídos na base de cálculo de outros tributos. Essa prática, além de criar confusões e redundâncias, contribui para a complexidade do sistema tributário atual. Ao simplificar e racionalizar esses processos, estamos não apenas facilitando a vida das empresas, mas também promovendo uma administração tributária mais eficiente.

Destaco ainda a abordagem da diferença de tributação entre bens e serviços, um aspecto que tem gerado distorções no sistema tributário brasileiro. A unificação por meio de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com componentes federal e estadual, é um passo significativo na direção da equidade e justiça fiscal.

Nossos cidadãos e empresas clamam por um sistema tributário mais eficiente, que não apenas promova o desenvolvimento econômico, mas também elimine as barreiras que há tanto tempo limitam nosso potencial. A expectativa do governo e dos analistas

econômicos é clara: a reforma tributária tornará mais eficiente o sistema tributário do Brasil, hoje considerado caótico e causador de desperdícios financeiros.

Portanto, conclamo a todos os colegas deputados a analisarem esta proposta com a seriedade que ela merece, reconhecendo a oportunidade histórica que temos diante de nós para promover mudanças positivas e construir um ambiente mais propício ao desenvolvimento econômico e social de nosso amado país. Aprovar a reforma tributária é um compromisso com o futuro e um passo fundamental para a construção de uma nação mais justa e próspera. Conto com o apoio de todos nesta jornada em prol do bem comum.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Documento 21/26

249.2023

Sessão Ordinária - CD

28/11/2023-14:40

Publ.: DCD - 11/29/2023

Lucas Redecker-PSDB -RS

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado lamentou o veto presidencial ao Projeto de Lei nº 334, de 2023, que trata da desoneração da folha de pagamento, destacando impactos nos setores econômicos e no emprego. Criticou também o texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, que trata da reforma tributária, considerando-o nocivo e prejudicial à população.

O SR. LUCAS REDECKER (Bloco/PSDB - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento.

Eu quero lamentar a decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar a desoneração da folha, que foi aprovada neste Plenário e foi aprovada no Senado Federal.

Com isso, 17 setores da nossa economia que geram emprego e que geram valor agregado para a nossa economia estão no limbo, sem saber como devem se programar, sem saber se permanecerá a desoneração da folha ou se terão que começar a demitir funcionários, colocando-os na rua, em virtude do fim da



desoneração da folha.

O interessante é que o Presidente da República, desde os primórdios, elegeu-se dizendo que era o defensor dos trabalhadores, mas, no fim do primeiro ano deste mandato, ele acaba com a desoneração da folha, o que pode aumentar o índice de desemprego e afetar quase 2 milhões de empregos imediatos no Brasil.

Esses 17 setores são responsáveis por mais de 13 milhões de empregos no Brasil. Hoje, vários segmentos, como o setor coureiro e calçadista do Rio Grande do Sul, poderão ter que começar a desligar funcionários e colaboradores, em razão desse descaso do Presidente Lula, que não tem nenhuma preocupação com a geração de emprego no País. Ao contrário, esse Presidente quer desindustrializar o Brasil com essas atitudes. Com isso, eleva-se o custo para essas empresas e eleva-se o custo para todos os brasileiros.

Recentemente, nesta Casa, nós votamos a reforma tributária. Eu votei favoravelmente à reforma tributária. Não foi o texto ideal, mas ficou a expectativa de que o Senado corrigiria parte do texto. No entanto, hoje, a reforma tributária que está voltando para esta Casa é terrível! O primeiro passo da reforma tributária foi dizer: não vai aumentar carga tributária! Antes mesmo de aprovarmos a reforma tributária nesta Casa, nós já temos quase a unanimidade dos Estados do Brasil aumentando o ICMS, em virtude do texto da reforma tributária, obrigando os Governadores a entrarem numa competição para saber quem terá maior receita até 2028, para, após a criação do imposto IBS, essa receita contabilizar na divisão do bolo, para que os Estados recebam mais recursos. A reforma tributária com o texto atual é nociva para o Brasil.

Eu, que votei a favor texto na primeira votação da reforma tributária nesta Casa, estou dizendo: se não mudarem o texto que veio do Senado, eu vou votar contra a reforma tributária. O texto onera a população. O texto aumenta, nos Estados, o índice de ICMS enormemente. Nós vamos ter, até 2028, uma competição entre os Estados, podendo aumentar mais ainda o ICMS se eles entenderem que, na divisão do bolo, a partir da criação do IBS, vão ficar prejudicados.

Então, nós temos que trabalhar para, primeiro, derrubar o veto da desoneração da folha neste plenário e, depois, mudar o texto da reforma tributária, para que seja uma reforma tributária saudável para o Brasil.

Agradeço, Presidente, e peço que coloque nos canais de comunicação desta Casa a minha fala.

Muito obrigado.



249.2023

Sessão Ordinária - CD 28/11/2023-21:18

Publ.: DCD - 11/29/2023 - José Rocha-UNIÃO -BA

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO

DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a criação da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável para promover um debate propositivo e fortalecer a Agência Nacional de Mineração (ANM), que enfrenta deficiências estruturais e falta de fiscalização. Alertou sobre a proposta de reforma tributária, que aumentaria a carga tributária na mineração, afetando o crescimento econômico. Destacou a necessidade de investir em pesquisa, tecnologia e sustentabilidade para agregar valor aos produtos brasileiros. Enfatizou o papel crucial da mineração na transição energética global e convidou os parlamentares a contribuírem para soluções que garantam o desenvolvimento econômico, preservação ambiental e respeito às comunidades locais.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Discurso Deputado Federal José Rocha (União/BA)
(Vice-presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável – FPMin)

Excelentíssimos colegas parlamentares, senhor presidente, é com muita satisfação que subo a esta tribuna como vice-presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, liderada pelo colega Zé Silva.

Embora no dia a dia a gente não se dê conta, mas a mineração está em tudo. Ela fornece insumos para indústria farmacêutica, produção de alimentos, construção civil, fabricação de cosméticos, eletrônicos, para produção dos equipamentos mais modernos da área da saúde, das energias limpas, do setor automotivo, e essa lista vai longe. Não à toa, a mineração é conhecida como a indústria das indústrias.

Nada disso, no entanto, vale a pena se o custo for a destruição do meio ambiente e o risco à vida das pessoas e à diversidade de nossa fauna e flora. Por isso, no começo deste ano, criamos a Frente



Parlamentar da Mineração Sustentável, para promover um amplo debate propositivo para que o Brasil possa se orgulhar do seu setor mineral e que ele possa gerar emprego, renda e desenvolvimento para o país.

Trabalhamos neste primeiro ano pela estruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM), que se encontra em uma situação decadente, sem as mínimas condições para cumprir suas obrigações e realizar suas atividades. E nós estamos falando da agência que é a responsável por regular e fiscalizar o setor de mineração no Brasil, entre outras várias atribuições.

A defasagem remuneratória é tão evidente que dos 2.121 cargos disponíveis, apenas 664 estão ocupados, pouco mais de 30%. O profissional passa no concurso, mas não assume, ou vai embora assim que encontra outra oportunidade mais atrativa. Isso fragiliza o sistema de fiscalização. Hoje a agência diz que tem 1 fiscal para cada 8 mil empreendimentos minerários. Ou seja, não temos fiscalização!

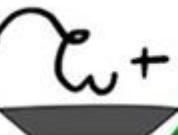
Então a nossa Frente tem dado total prioridade para esse tema, porque sem uma ANM forte, não existe mineração sustentável.

Além disso, não existe transição energética sem mineração. O mundo hoje está focado na transição para fontes mais sustentáveis de produção de energia, o que está diretamente ligado à mineração. Não há como fazer essa transição sem os minerais estratégicos, como as terras raras, por exemplo, que são usadas na fabricação de carros elétricos, painéis solares, turbinas eólicas, centrais hidroelétricas e nucleares.

Estamos na contramão do mundo. Enquanto a tendência global é de estímulo à pesquisa e ampliação da produção dos minerais estratégicos, essenciais para uma economia de baixo carbono, o Brasil pretende onerar ainda mais o setor mineral por meio da Reforma Tributária.

A proposta aprovada no Senado impõe o imposto seletivo para a mineração, aumentando a carga tributária, a inflação e a fuga de investimentos do país, restringindo o crescimento econômico. Mantém, ainda, as contribuições estaduais para fundos de infraestrutura, que só onera os produtos primários, semielaborados e as exportações.

Importante lembrar que a mineração está em tudo ao nosso redor. Onerar o setor é também aumentar o custo de tudo que a



população utiliza e consome diariamente.

Por ser um representante da Bahia, eu não posso me furtar de debater a questão da mineração no Congresso Nacional. O estado da Bahia ocupa hoje o terceiro lugar na produção mineral, é o único a produzir níquel sulfetado, fundamental na produção das baterias recarregáveis, também é um grande produtor de urânio e de minério de ferro de alta qualidade, chamado de minério de ferro premium.

Precisamos colocar o foco em uma nova era de industrialização, com mais investimentos em ciência, tecnologia e sustentabilidade, de modo a permitir que o Brasil agregue valor aos seus produtos.

A mineração também é fundamental para setores estratégicos, como o agronegócio. Mesmo com grande potencial de produção de fertilizantes no país, nós importamos 85% dos insumos necessários para aumentar a produção de alimentos.

Podemos estar muito menos sujeitos a flutuações dos preços dos fertilizantes nos mercados internacionais se começarmos a estimular a mineração brasileira para produção interna dos insumos, incentivar as novas tecnologias de produção de fertilizantes, inclusive mais naturais e sustentáveis, já disponíveis no Brasil.-

Uma miríade de questões submergem quando começamos a tratar do tema da mineração sustentável, senhor presidente. Eu vejo hoje o trabalho da Frente como fundamental para o futuro do nosso país e convido a todos os colegas aqui comprometidos com um Brasil melhor a participar das nossas reuniões, seminários e a contribuir com as nossas ações e propostas.

Com a força deste Congresso, podemos encontrar soluções que garantam o desenvolvimento econômico e a prosperidade da nossa nação, a preservação do meio ambiente e o respeito aos direitos das comunidades locais.

Presidente, pela importância dos temas apresentados, peço que esse pronunciamento seja veiculado na Voz do Brasil e em todos os meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



249.2023

Sessão Ordinária - CD

28/11/2023-15:56

Publ.: DCD - 11/29/2023
Merlong Solano-PT -PI

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado parabenizou o Presidente Lula pela indicação do Ministro Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal (STF), destacando a competência e compromisso do indicado com a democracia e a Constituição. Além disso, elogiou a política externa independente do Presidente da República, ressaltando a importância das viagens internacionais para fortalecer as relações comerciais do Brasil. Ademais, enalteceu o Presidente Lula por expandir o agronegócio para 65 novos mercados em 2023. Comemorou ainda o fato de o País ter se tornado o segundo destino para investimento de capital estrangeiro direto. Por fim, celebrou a transição do Brasil para a nona economia do mundo como resultado de um Governo que tem rumo definido e que promove política econômica estável e uma reforma tributária responsável.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, colegas Deputados e Deputadas, eu também quero me unir ao coro daqueles que cumprimentam o Presidente Lula pela excelente decisão de indicar o Ministro Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal. Naquela Corte, com certeza ele vai ajudar a fortalecer o papel da Constituição de guardião, de defesa da democracia e de respeito ao devido processo legal.

Então, parabéns, Lula! Parabéns, Flávio Dino! Você lá também dará um grande *show* de competência e de compromisso com o Brasil.

Sr. Presidente, alguns Parlamentares aqui da bancada da *fake news* têm feito duras críticas ao Presidente Lula em razão das viagens internacionais dele. Neste momento, S.Exa. se encontra em mais uma viagem, desta feita, à Arábia Saudita, ao Catar, aos Emirados Árabes Unidos e à Alemanha.

O Presidente Lula resgata uma política externa independente, uma política externa que, com certeza, contraria os herdeiros da tradição do colonialismo, para os quais o Brasil deveria aceitar tranquilamente a transição de Portugal para a Inglaterra e depois para os Estados Unidos e se conformar de ficar em segundo plano dentro do cenário Internacional. Não é isso o que Lula faz. S.Exa. pratica uma política independente, que busca a cooperação entre os países, o respeito à autodeterminação dos povos, a busca da paz e o engrandecimento da cooperação econômica e tecnológica. É o caso aqui, companheiro Deputado Joseildo Ramos.



O Brasil tem relações comerciais importantes com o Oriente Médio. A Arábia é uma grande economia do Oriente Médio. A Alemanha é o nosso quarto parceiro comercial, com a qual nós temos um comércio deficitário: importamos mais do que exportamos. A mesma coisa acontece em relação à Arábia, nós importamos mais do que exportamos. E nada mais salutar do que o Presidente comandar uma grande caravana de empresários brasileiros de diversos setores, do agronegócio, da tecnologia, como a EMBRAER, para conversar com esses parceiros sobre as possibilidades de abertura de novos mercados. Essa é uma política pragmática, e não ideológica. Não vamos lá discutir o regime de Governo daqueles países; vamos lá discutir a possibilidade de parcerias que possam gerar mais emprego no Brasil através do aumento das nossas exportações. Isso é uma política pragmática, como fazem os países mais desenvolvidos. E, através deste caminho, vamos seguir obtendo importantes resultados, como os que até agora foram alcançados.

O Brasil, neste ano de 2023, Sr. Presidente, abriu 65 novos mercados para produtos brasileiros, principalmente para o agronegócio. O Brasil já é o segundo destino para o investimento de capital estrangeiro direto. Nós só perdemos para os Estados Unidos da América, a maior economia do mundo. No mais, é o Brasil que as grandes empresas têm procurado, em razão do resgate da confiança que Lula inspira no Brasil e no mundo. E agora transitamos para a nona economia do mundo.

Esses são resultados de um país que agora tem rumo, que tem um timoneiro confiável, que tem uma política econômica estável, que está aprovando uma reforma tributária responsável.

Esse é o caminho para o Brasil, Sr. Presidente, seguir ampliando os negócios lá fora e para gerar mais empregos aqui dentro.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado nas redes de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 24/26

251.2023

Publ.: DCD - 11/30/2023 -

Sessão Ordinária - CD

29/11/2023-22:08

Chico Alencar-PSOL -RJ

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2023, que altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para vedar a



incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte. Além disso, defendeu a urgência para a votação da reforma tributária.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós gostamos de examinar com dedicação e detalhe toda proposta. Urgente mesmo é apreciarmos a reforma tributária vinda do Senado que tributa no destino.

Este projeto parte de algo que vai ser superado, a tributação na origem, e permite o passeio das mercadorias. De alguma maneira vai reavivar a guerra fiscal. Por isso nós achamos que ele não tem urgência e queremos discuti-lo melhor. Vai ser aprovada a urgência aqui, contra a nossa posição, mas queremos detalhar toda a nossa posição na apreciação do mérito da matéria.

O nosso voto é "não".

Documento 25/26

251.2023	Sessão Ordinária - CD	29/11/2023-14:00
Publ.: DCD - 11/30/2023	Delegado Marcelo Freitas-UNIÃO -MG	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou preocupação em relação ao voto presidencial à proposta de desoneração da folha de pagamento, relativo ao Projeto de Lei nº 334, de 2023, que reduz a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha devida por Municípios. Destacou que os setores desonerados empregam milhões de pessoas. Argumentou que a desoneração da folha é essencial para a manutenção e criação de empregos, e que o Governo parece estar mais focado em distribuir benefícios sociais do que em valorizar os empregadores e quem gera renda no país. Mencionou a Reforma Tributária e a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2023, que estende a desoneração da folha de pagamento para todos os segmentos produtivos, ressaltando a importância de acabar com a tributação excessiva sobre a folha de pagamento. Pediu apoio para a derrubada do voto na próxima sessão do Congresso.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/UNIÃO - MG. Sem



revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Gilberto Nascimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo a esta tribuna da Casa do Povo para registrar a extrema perplexidade que tenho tido, especialmente com mais uma decisão tomada por este Governo Federal. Refiro-me aqui ao voto à proposta de desoneração da folha de pagamento.

Sras. e Srs. Deputados, os 17 setores hoje desonerados respondem por mais de 6 milhões de empregos em nossa Nação. Hoje, uma a cada quatro carteiras assinadas em nosso País vem dos 17 setores desonerados. Portanto, fica uma pergunta muito clara: o que queremos para a nossa Nação? O que desejamos para o nosso País? Parece que, numa política claramente eleitoreira, busca-se muito mais distribuir benefícios sociais do que valorizar o emprego, do que valorizar quem gera, de fato, renda em nosso País.

Já disse e tenho repetido: já passou da hora de valorizarmos, de fato, o empregador brasileiro. O atual Governo parece não gostar de quem gera emprego, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Fica aqui registrada essa nossa gritante preocupação com o emprego em nosso País. A desoneração da folha de pagamentos é uma das medidas aptas a manter ou gerar emprego em nossa Nação.

O que nós fizemos, Sras. e Srs. Deputados, com apoio de vários colegas desta Casa, atendendo a um pleito da Confederação Nacional de Serviços? Nós apresentamos uma proposta de emenda à Constituição para, muito além dos 17 setores iniciais desonerados, estender a desoneração da folha de pagamento para todos os segmentos produtivos de nosso País, para poder gerar emprego. Historicamente no Brasil se tributam bens e serviços, patrimônio e renda e folha de pagamento.

Nós temos que acabar com a oneração excessiva em cima da folha de pagamento. Por este motivo, foi apresentada a nossa Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2023, para andar ao lado da reforma tributária. Mas, se não for possível, que ela seja encaminhada posteriormente, para corrigir essa tamanha injustiça que consiste no voto presidencial à chamada desoneração da folha de pagamento.

Eu acredito, Sras. e Srs. Deputados, que nenhum valor pode, numa sociedade minimamente organizada, superar o referencial do trabalho. Governos que, de fato, não implementam e não valorizam o referencial do trabalho tendem a fracassar, porque nós certamente não vamos dividir riqueza, mas com certeza vamos compartilhar a pobreza dos benefícios sociais, que devem ser transitórios e não perenes, como tem acontecido em nosso País.

Por esse motivo, clamo aos colegas Deputados que na próxima sessão do Congresso Nacional, inicialmente programada para o dia 7 de dezembro, possamos todos votar pela derrubada do voto presidencial à desoneração da folha de pagamentos, garantindo a manutenção de mais de 6 milhões de



empregos e valorizando o trabalho em nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço que o nosso pronunciamento conste no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 26/26

252.2023

Sessão Ordinária - CD

30/11/2023-11:56

Publ.: DCD - 12/1/2023 - Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado enfatizou a importância da unidade entre os Parlamentares e destacou que o Brasil é um país diverso cultural e religiosamente. Abordou a reforma tributária, a estabilidade institucional, o princípio da separação dos Poderes, a democracia e a necessidade de focar em agendas nacionais relevantes. Mencionou questões internacionais, como o Oriente Médio, o plebiscito na Venezuela sobre a soberania da Guiana com possível interferência militar norte-americana na região amazônica e a construção da ponte entre o Brasil e o Paraguai.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)

- Presidente em exercício desta Casa, Deputado Paulo Fernando, querido amigo meu e também do movimento político de unidade dentro da nossa Igreja Católica, do cristianismo, eu observo todos os discursos atentamente durante a semana, durante o mês. Eu sempre os acompanhei muito e sinto que ao Parlamento brasileiro falta unidade em Cristo. Nós estamos nos digladiando entre nós Parlamentares por questões ideológicas.

No Brasil, não existe problema religioso entre evangélicos, protestantes — que são dominantes, mais de 90% da população —, espíritas e minorias de outras religiões que existem no mundo. O Brasil é um país privilegiado quanto a isso. É um país que tem os componentes de todas as nações do mundo, porque elas fazem parte do nosso País. Aqui, os nativos indígenas somaram-se aos africanos, aos europeus, aos asiáticos. Todos os continentes contribuíram para a formação do povo brasileiro, e, graças a Deus, a maioria é cristã, segue os ensinamentos de Jesus, a busca da unidade.

O Brasil, nos últimos anos, acabou importando o lixo da ideologia que existe na Europa e em outros países, aquela bobagem de extrema esquerda e extrema direita, de ser de X, de Y, de Z. O que importa é que nós temos um imenso país rico, maravilhoso. Apesar dos erros cometidos por todos os Governos que



passaram pelo Brasil, a soma dos acertos é muito maior.

Eu sou homem público há 51 anos, já disputei diretamente 19 eleições e já ajudei e apoiei mais de outras 20 eleições. Posso dizer que sou o mais longevo homem público aqui na Casa em disputas eleitorais. Já ganhei muitas eleições, já perdi muitas eleições, de oposição e de governo. Na época do Governo militar, havia censura, mas, como eu não era radical nem de esquerda, nem de direita, não sentia esta censura. Só houve uma perseguição quando, no começo da minha carreira pública como professor, me elegi Vereador pelo MDB e perdi minhas aulas, mas aquilo me estimulou a buscar outra profissão na economia, o que me fez ser um Parlamentar experiente na área econômica, de economia tributária, nesta Casa.

A busca de unidade é o que falta no Oriente Médio. Depois de 2 mil anos, os judeus e os muçulmanos não se entendem, e nós, os cristãos do Oriente Médio, ficamos espremidos. Aqueles que aceitaram Jesus, os primeiros judeus convertidos e todos aqueles outros povos, principalmente a população que reside no Líbano, que é a mais cristã do Oriente Médio... Nós migramos para o mundo inteiro. Nós viemos para outros países, como o Brasil, onde há 12 milhões de descendentes de libaneses cristãos.

Eu quero dizer que o Brasil tem problemas econômicos sérios a resolver. A reforma tributária está saindo graças à unidade de todos os partidos políticos, empresários, Governo Federal, Estados, Municípios e trabalhadores. O Governo avança na intenção de tributar algo que não deve ser tributado. Nós estaremos aqui para combater esse tema.

No que se refere ao desempenho dos três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário —, nós temos o papel de legislar e de fiscalizar os atos e feitos dos outros Poderes, mas também temos o limite de não intervir nos outros Poderes a ponto de criar uma ruptura institucional.

Eu liderei dois *impeachments* nesta Casa. Liderei o *impeachment* pela derrubada do Presidente Collor e liderei o *impeachment* para derrubar da Presidente Dilma. Hoje, não há ambiente de cizânia no País o ponto de se chegar ao extremo. Nós temos que nos preocupar com gerar emprego, renda, melhorar a qualidade, porque os governos passam rapidamente, e a democracia sobrevive a bons e a maus governos.

Eu poderia aqui descrever governo por governo dos últimos 50 anos, mas não é o caso. Eu quero estabelecer parâmetros de atribuições. Se vai haver gente para fazer CPI, que a faça, mas saiba que quem governa acaba dominando a CPI e as Comissões temáticas da casa, porque quem tem a máquina do Governo municipal, estadual e federal acaba dominando a minoria. Nós passamos por isso muitas vezes. Só quando há um sentimento nacional se consegue fazer rupturas institucionais, como fizemos com o Collor e com a Dilma. Aqui fala a voz da experiência de 32 anos de Parlamento e 51 anos de vida pública, meu

caro amigo Deputado Paulinho.

Então, eu digo a V.Exas.: vamos fazer a agenda nacional, nos preocupar com a Venezuela, que vai fazer uma estupidez ao querer, com este plebiscito no domingo, invadir a Guiana. Sabem o que vai acontecer? Os Estados Unidos vão intervir e vão fazer uma base americana na Amazônia. É isso o que vai acabar acontecendo. Nós temos que nos preocupar com a ponte entre o Brasil e o Paraguai. Ela está pronta, mas nem o Governo do Paraguai nem o Governo brasileiro construíram os acessos a ela.

Então, são esses os grandes temas de que temos que cuidar aqui na Casa.

Muito obrigado.
